



PARECER PRÉVIO Nº 34/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11625/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Silves.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Franrossi de Oliveira Lira, Prefeito Municipal de Silves.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2070/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.14201/14213).
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a Desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a Desaprovação** das contas anuais do **Sr. Franrossi de Oliveira Lira**, Prefeito de Silves e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2015, nos termos do inciso I do art. 1º da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de danos ao erário (irregularidade 13 da notificação 315/2016-DICAMI);

- 11- **Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 8 de Junho de 2017.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 34/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 34/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11625/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Silves.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Franrossi de Oliveira Lira, Prefeito Municipal de Silves.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2070/2017-MP-RCKS, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls.14201/14213).
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2015.

Irregularidade. Alcance. Encaminhamento.
Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Franrossi de Oliveira Lira**, Prefeito de Silves e Ordenador de Despesas, referente ao exercício 2015, nos termos do inciso II do art. 1º e da alínea “c” do inciso III do art. 22, todos da Lei estadual nº 2.423/96, em decorrência de danos ao erário (irregularidade 13 da notificação 315/2016-DICAMI);
- 9.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Franrossi de Oliveira Lira** no valor de R\$ 92.289,34, que deve ser recolhido na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Silves, em razão de sobrepreço detectado, nos termos do inciso III do art. 304 do RI-TCE/AM (irregularidade 13). O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;
- 9.3. **Encaminhar** os autos à DICREX para que efetue os procedimentos previstos no art. 3º da Resolução nº 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução;
- 9.4. **Determinar a Prefeitura Municipal de Silves**, nos termos do §2º do art.



ACÓRDÃO Nº 34/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

188 do Regimento Interno/TCE-AM, que:

- 9.4.1. envie de forma tempestiva os relatórios resumidos da execução orçamentária e os relatórios de gestão fiscal, bem como publique-os dentro do prazo legal Resolução nº 24/2013-TCE/AM, c/c alínea “g” do inciso II do art.32 da Lei estadual nº 2.423/96-TCE/AM);
- 9.4.2. cumpra o §5º do art. 23 da Lei 8.666/93, no sentido de não praticar fracionamento;
- 9.4.3. obedeça o limite de despesa com pessoal, nos termos da alínea “b” do inciso III do art. 20 da LRF;
- 9.4.4. não deixe as obras em laudo de vistoria, nos termos do §1º do art.67 da Lei 8.666/93;
- 9.4.5. adote controle interno e eficiente de combustível, bem como do almoxarifado, em respeito aos princípios da eficiência, moralidade e legalidade;
- 9.4.6. mantenha o portal da transparência atualizado (art.48 da LRF);
- 9.4.7. providencie a correta classificação das despesas com exoneração de comissionados e temporários, nos termos da LC 101/00;
- 9.4.8. elimine nos dois quadrimestres seguintes o percentual excedente do limite da despesa com pessoal, sendo pelo menos um terço no primeiro, nos termos do art. 22 da LC 101/00;
- 9.4.9. repasse de forma tempestiva o duodécimo à Câmara, sob pena de praticar crime de responsabilidade, nos termos do inciso II do §2º do art.29-A;
- 9.4.10. observe na contabilidade o quesito da compreensibilidade que, segundo a NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade, as informações apresentadas nas demonstrações contábeis devem ser entendidas pelos usuários (tópico 4, “b”), bem como da uniformidade, previsto na mesma norma contábil, no sentido de que os registros



ACÓRDÃO Nº 34/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

contábeis e as informações devem observar critérios padronizados e contínuos de identificação, classificação, mensuração, avaliação e evidenciação, de modo que fiquem compatíveis, mesmo que geradas por diferentes entidades (tópico 3.2 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; art. 19 da Resolução TCE/AM nº 15/2013);

9.4.11. presente, no Balanço Financeiro, os ingressos/dispêndios vinculados apartados dos ingressos/dispêndios próprios, conforme disciplina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (tópico 3.2 da Parte V), c/c o art. 19 da Resolução TCE/AM nº 15/2013;

9.4.12. passe a incorporar na contabilidade o registro dos atos potenciais ativos e passivos na estrutura do Balanço Patrimonial – 2014, conforme exige o tópico 4.1 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, cumprindo os requisitos da Integridade dos registros contábeis (os registros contábeis e as informações apresentadas devem reconhecer os fenômenos patrimoniais em sua totalidade, não podendo ser omitidas quaisquer partes do fato gerador) e da Visibilidade (os registros e as informações contábeis devem ser disponibilizados para a sociedade e expressar, com transparência, o resultado da gestão e a situação patrimonial da entidade do setor público) previstos, respectivamente, no tópico 4, itens “f” e “m”, da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;

9.4.13. proceda ao cálculo das cotas de depreciação anuais, conforme exigido no tópico 5.5 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, c/c a NBC T 16.9 do Conselho Federal de Contabilidade, observando o requisito da Fidedignidade dos registros e das informações contábeis (tópico 4, item “d”, da NBC T 16.5) no sentido de que tais elementos devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem (tópico 5.5 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; tópico 4, item “d”, da NBC T 16.5 e da NBC T 16.9 do Conselho Federal de Contabilidade);

9.4.14. registre os seus softwares (ativo intangível), a fim de se comprometer com o requisito da fidedignidade dos registros e das informações contábeis, no sentido de que tais



ACÓRDÃO Nº 34/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

elementos devem representar fielmente o fenômeno contábil que lhes deu origem (tópico 6 da Parte II do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público; tópico 4, item “d”, da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade);

9.4.15. adote Notas Explicativas na divulgação de seus balanços públicos, pois são fundamentais para complementar as informações descritas nos demonstrativos contábeis, além de permitir a comparação dos dados entre entidades públicas, tais como questões relacionadas à reavaliação de ativos e ao cálculo de quotas de depreciação/amortização de bens tangíveis e intangíveis (tópico 8 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público);

9.4.16. cumpra os quesitos da comparabilidade, compreensibilidade e confiabilidade da informação contábil no setor público previstas no tópico 4 da NBC T 16.5 do Conselho Federal de Contabilidade;

9.4.17. mantenha a contabilidade, com todas as informações necessárias, de forma tempestiva, incluindo todas os dados contábeis daqueles que estão sob o Poder Executivo, a fim de atender ao princípio da oportunidade;

9.4.18. mantenha todos os documentos na sede da Prefeitura, nos termos do Ofício Circular nº 2/96 e a Decisão nº 163/2007, sob pena de ter todas as despesas glosadas;

9.4.19. elabore os demonstrativos fiscais e contábeis do órgão automaticamente pelos sistemas de contabilidade mediante parametrizações, pois a inserção manual de valores potencializa a ocorrência de erros e fraudes;

9.4.20. atente-se aos preços de mercado, de forma que sejam os mais fidedignos possíveis, ou que faça a adesão a ata do Estado, por apresentar preços melhores, nos termos da Lei 8.666/93;

9.4.21. mantenha registro próprio da disponibilidade de caixa, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada, nos termos do art. 50 da LRF;



ACÓRDÃO Nº 34/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 34/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.4.22. observe, por último, que a reincidência do agente responsável no cumprimento destas determinações acarretará o julgamento das suas respectivas Contas irregulares, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 8 de Junho de 2017.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

ALIPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral